

**ATA DA 235ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

- 1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.
- 3 **DATA:** 01/08/2018
- 4 **HORÁRIO:** 14:00 horas
- 5 **PRESENTES**
- 6 **CONSELHEIROS TITULARES**
- 7 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)
- 8 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)
- 9 Clécio Antônio Espesim (SES)
- 10 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)
- 11 Cleusa Maria da Costa (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
- 12 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 13 Cyro Veiga Soncini (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 14 Daniella Farinella Jora (Conselho Reg. Área da Saúde)
- 15 Eduardo Marques Maccário (SES)
- 16 Elsitá Chorztenberger Andrade
- 17 Fernando Mendes (Conselho Reg. Área da Saúde)
- 18 Francieli dos Santos (FEHOESC)
- 19 Geraldo Azzollini (COSEMS)
- 20 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
- 21 Hilário Dalmann (FEHOSC)
- 22 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)
- 23 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)
- 24 Liliane Miguel (MS)
- 25 Louyse Ciesielski Pedrozo (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
- 26 Luiz Antônio da Silva (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 27 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)
- 28 Nivaldo Lacerda da Cunha (AHESC)
- 29 Paulo Orsini (SES)
- 30 Tatiane Mecabô Cupello (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
- 31 **CONSELHEIROS SUPLENTE**
- 32 Carlos Henrique Thisen (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 33 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)
- 34 Maria Teresa B. Agostini (SES)
- 35 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**
- 36 A 235ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,
37 com a presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação da Presidente, Cléia
38 Aparecida Clemente Giosole.
- 39 **APROVAÇÃO DA ATA**
- 40 A Ata da reunião de junho foi aprovada.
- 41 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**
- 42 Ofício Nº 865 /2018/SC/ CGNE/SE/MS, o qual encaminha o Relatório Final da Auditoria nº
43 17409, realizada na Secretaria Municipal de Biguaçu;
- 44 Ofício Nº 839 /2018/SC/ CGNE/SE/MS, o qual encaminha o Relatório Final de Auditoria nº
45 17397, realizada no Hospital Municipal Nossa Senhora da Graça e Secretaria Municipal de
46 São Francisco do Sul;
- 47 C.I.Nº 409/2018/GAUD, a qual encaminha o Relatório Mensal da Gerência de Auditoria do
48 mês de junho de 2018;
- 49 Ofício Nº 045/2018/SIMESC, o qual solicita a substituição da representante no CES, Vanessa
50 Baulé por Cyro Veiga Soncini, na titularidade;

51 Ofício N° 134/2018/FAESC, o qual solicita alteração dos representantes no CES, conforme
52 **abaixo:**

CONSELHEIRO (A) TITULAR	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
Tatiane Macabô Cupello	Nayana Setubal Bittencourt
Francine Iagher	Louyze Ciesielski Pedrozo
Gisele Anastácio Kraieski	Aline Gunsett

53 C.I. N° 431/2018/GESOS, a qual solicita indicação de representantes do CES, para
54 participarem das CAFs;

55 Ofício N° 378/2018/GAB/COREN-SC, o qual encaminha, para conhecimento do CES, Moção
56 de Repúdio aos Cursos na Área da Saúde na Modalidade EaD.

57 **ITEM I – METAS E INDICADORES 2018;**

58 A Gerente de Planejamento da SES, Nardele Junckes, fez apresentação das Metas e
59 Indicadores de 2018.

60 O Conselheiro Hilário Dalmann disse que somente 50% das metas e indicadores foram
61 alcançadas, e questionou o que a SES está fazendo em relação a isso. E porque não tem
62 indicador para a dengue.

63 A Gerente de Planejamento da SES, Nardele Junckes, falou que são dados
64 preliminares, dos 20 indicadores, apenas 10 estão dentro das metas previstas. Disse que até o
65 final do ano os dados serão alterados. Falou que os indicadores de 2017 somente estarão
66 concluídos em 2019. E, em relação à Dengue, disse que o Estado não tem nada pactuado
67 nacionalmente, de acordo com a fórmula de cálculo nacional, porém há vários indicadores do
68 Estado.

69 A Conselheira Daniella Farinella Jora perguntou o que a SES tem feito, já que não
70 houve um aumento significativo em relação à proporcionalidade dos indicadores de parto
71 normal, e porque os dados, em relação às equipes de saúde da família, não foram alterados,
72 mesmo com a Portaria 1717/2018, que descredencia as equipes pelo não cumprimento do
73 prazo estabelecido, pela política nacional.

74 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que 27 equipes de estratégias
75 de saúde da família foram descredenciadas, em Joinville, e que na apresentação feita pela
76 Gerente de Planejamento, em alguns momentos os dados são tratados como números de casos,
77 em outros, como percentual, perguntou qual deve ser analisado. Falou que está preocupada
78 com o aumento na mortalidade infantil. Questionou o porquê da Saúde Bucal atingir somente
79 20% da meta. E, em relação à Dengue, perguntou como fica o repasse, já que não tem como
80 medir a nível nacional o indicador. E por que o Estado não tem dados, em relação aos agravos
81 relacionados ao trabalho.

82 O Diretor de Vigilância Epidemiológica, Eduardo Marques Maccário, disse que os
83 indicadores foram acordados pelas três esferas: federal, estadual e municipal, e servem para
84 orientar uma série de políticas de saúde. Falou, em relação à Dengue, que o indicador foi
85 pactuado a nível nacional, já que hoje o Estado tem 64 Municípios, que realizam ações desse
86 indicador e não os 295 Municípios de Santa Catarina. E, em relação à Mortalidade Infantil,
87 disse que o Estado tem um indicador muito sensível, e teve uma diminuição no número de
88 nascimentos no Estado, isso interferiu no cálculo do indicador. E falou que, desde 2015, em
89 relação à Saúde do Trabalhador, nas notificações compulsórias é indicado o preenchimento do
90 campo: agravo relacionado ao trabalho.

91 O Conselheiro Geraldo Azzollini falou, em relação ao descredenciamento das equipes
92 de estratégias de saúde da família, que vários municípios possuíam pedidos para habilitar de
93 equipes de saúde da família, porém não foi possível, com a Portaria 1717 de 2018. Disse que
94 para os 85 Municípios, com até dez mil habitantes, a cobertura pelas equipes de estratégias de
95 saúde da família foi de 100%.

96 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação as Metas e
97 Indicadores de 2018, todos aprovaram.

98 **ITEM II – PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2019;**

99 A Técnica da Gerência de Planejamento, Sílvia Zardo, fez a apresentação da
100 Programação Anual de Saúde para 2019.

101 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou que o recurso está mal direcionado, a maior
102 parte vai para média e alta complexidade, enquanto deveria ir para atenção básica e vigilância
103 em saúde.

104 A Técnica da Gerência de Planejamento, Sílvia Zardo, disse que a atenção básica tem
105 33 ações previstas, enquanto a média e alta complexidade tem 26 ações, pois nem todas as
106 ações da atenção básica precisam de orçamento para acontecer.

107 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou que foi inserida a dotação
108 orçamentária, para a realização da Conferência Estadual de Saúde, no total de 750 mil reais,
109 para 2019.

110 A Conselheira Leonilda Delourdes Gonçalves disse ter muitas dúvidas, apesar da
111 apresentação ter sido bem reduzida, e caso não fosse, ela teria mais critérios de avaliação.
112 Falou que é Conselheira Municipal de Saúde, em Florianópolis, onde estão enfrentando muitas
113 dificuldades na atenção básica. E disse que o Município atingiu somente 16% dos 19% das
114 metas programadas.

115 O Conselheiro Geraldo Azzolini disse que a atenção básica sofre pressão das outras
116 áreas, principalmente de urgência, emergência, e média, alta complexidade. Disse que o
117 Estado, como os Municípios enfrentam dificuldades na atenção básica, e que seria necessário
118 aumentar o investimento, dentro do PPA nacional, para melhorar a situação do Estado e dos
119 Municípios.

120 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação o
121 encaminhamento do PAS/2019 para a Comissão Permanente de Acompanhamento
122 Orçamentário, todos aprovaram.

123 **ITEM III – PLANO PLURIANUAL-PPA;**

124 A Técnica da Gerência de Planejamento, Ivone Carmen Bieger, fez a apresentação do
125 Plano Plurianual da SES/SC.

126 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, conforme votação anterior,
127 encaminhou o PPA para a Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário.

128 **ITEM IV – ORÇAMENTO/SES-2019;**

129 A Gerente de Orçamento, Alba Sonia dos Santos fez a apresentação do Orçamento da
130 SES/2019.

131 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou que o problema, no recurso da saúde,
132 persiste, enquanto a Secretaria de Estado da Fazenda administrar o recurso. Perguntou qual a
133 real definição do recurso que irá para a saúde, e quanto será destinado ao pagamento da dívida
134 pública.

135 A Gerente de Orçamento, Alba Sonia dos Santos respondeu que o percentual destinado
136 à saúde é de 15% da receita estadual, e que desse montante 1% será destinado ao pagamento
137 da dívida.

138 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, perguntou por que a segurança
139 cidadã persiste.

140 O Conselheiro Bernard Van de Meene disse que, no município onde atua como
141 Conselheiro Municipal de Saúde, o repasse fica em torno dos 3% da receita. E que acredita,
142 que o recurso destinado aos convênios deveriam passar pelo fundo municipal, para controle e
143 fiscalização do Conselho Municipal de Saúde. Falou que a verba, que seria para investimentos,
144 está sendo usada para pagamento de dívida antiga, empenhada, mas não paga. Disse que a
145 SEFAZ continua gerindo o recurso da SES, e o utilizando para outros fins. E que falta
146 autonomia para SES gerir seus recursos, destinados por Lei.

147 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou que discorda, quando se fala que tem ações,
148 que não precisa de recursos. Disse que tem custo sim, pois tem o servidor fazendo seu
149 trabalho, e não sendo valorizado por isso.

150 O Conselheiro Clécio Sandro Espezim parabenizou toda equipe do planejamento da
151 SES, que fizeram um excelente trabalho, e a Gerente de Orçamento, Alba Sonia dos Santos.

152 A Gerente de Orçamento, Alba Sonia dos Santos falou, em relação à segurança cidadã,
153 mais especificamente o PROERD, que não é possível retirá-lo do orçamento, já que é imposto
154 por lei estadual.

155 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que a lei estadual citada vai de
156 encontro à Lei Complementar 141. E falou que o Orçamento de 2019 será discutido na
157 Reunião Ampliada do Orçamento, que acontecerá no dia da próxima reunião do CES, pela
158 manhã.

159 **ITEM V – PARECERES DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS ÉTICOS-**
160 **(Minuta de Portaria que dispõe sobre o Acolhimento da População de Travestis e**
161 **Transexuais pelo SUS e Ofícios da SMS de Itajaí e CMS de Itajaí);**

162 O Conselheiro Bernard Van de Meene fez a leitura da Minuta de Portaria, que dispõe
163 sobre o Acolhimento da População de Travesti e Transexuais pelo SUS. Disse que o
164 posicionamento da Comissão Permanente pelo Cumprimento Ético e Legislação do SUS, em
165 relação à minuta, é favorável.

166 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação o parecer da
167 Comissão Permanente pelo Cumprimento Ético e Legislação do SUS, todos aprovaram.

168 O Conselheiro Bernard Van de Meene falou, em relação aos Ofícios da SMS e CMS de
169 Itajaí, que foi apresentado um parecer, pela Consultoria Jurídica da SES, onde aponta que os
170 Conselhos Municipais de Saúde têm autonomia para gerir seus conflitos, e que o papel do CES
171 é de assessoramento, aconselhamento e de orientação. Propôs que a Comissão Permanente
172 pelo Cumprimento Ético e Legislação do SUS vá até o Município de Itajaí, para mediar o
173 conflito entre SMS e CMS. Falou que, em sua opinião, a lei do CMS é omissa em alguns
174 pontos e precisa ser alterada.

175 O Conselheiro Clécio Sandro Espezim disse ser contrário à mediação, por parte do
176 CES.

177 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a proposição do
178 Conselheiro Bernard Van de Meene, que foi aprovada pelo pleno.

179 **ITEM VI – CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE;**

180 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou que ano que vem haverá a 16ª
181 Conferência Nacional de Saúde, e que as etapas municipais ocorrerão de 15/01/19 à 15/04/19,
182 as etapas estaduais de 16/04/19 à 15/06/19 e a etapa nacional do dia 27/06 à 30/06/19.
183 Perguntou quais Conselheiros gostariam de participar da Comissão Organizadora da
184 Conferência. Os Conselheiros abaixo se manifestaram:

185 Clarinda da Luz Durigon;

186 Clécio Antônio Espezim;

187 Cleia Clemente Aparecida Giosole;

188 Cleidson Valgas;

189 Clóvis Thadeu Rabello Improta;

190 Jorge dos Passos Corrêa Cobra;

191 Leonilda Delourdes Gonçalves;

192 Luiz Antônio da Silva;

193 Maria Izabel Giroto e

194 Paulo Orsini.

195 **ITEM VII – DÍVIDA PÚBLICA;**

196 Cleidson Valgas, representando o SINDSAÚDE, participante do Núcleo Catarinense
197 da Auditoria Cidadã da Dívida fez a apresentação do tema.

198 **DEFINIÇÃO DA PAUTA**

199 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que, em virtude da falta de
200 quórum, a mesa diretora decidirá a pauta da reunião de setembro, levando em consideração os
201 itens já predefinidos.

202 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
203 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

204

Florianópolis, 01 de agosto 2018.